

## 5

# PROGRAMA POLÍTICAS DA COR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PRINCIPAIS AVANÇOS

Perseguindo os objetivos propostos para a realização da pesquisa que dá corpo a esta dissertação, neste capítulo visamos apresentar uma síntese dos dados coletados através das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os formuladores/as e implementadores/as do PPCOR. Buscamos, também, explicitar alguns aspectos relevantes da relação entre educação e relações raciais, a partir das questões formuladas como objeto da investigação.

A partir das entrevistas se construiu uma estratégia para o levantamento de informações relevantes para a caracterização da proposta do PPCOR, assim como, propiciou a produção de dados que ajudassem a captar os elementos relacionados às representações dos entrevistados/as sobre o projeto em questão.

Neste capítulo, se inclui também, inicialmente, uma breve caracterização dos/as entrevistados/as.

### 5.1

#### **Caracterizando os/as entrevistados/as**

Entre março e outubro de 2006, foram entrevistadas oito pessoas (sendo que quatro foram feitas por email). Dos oito entrevistados mencionados, quatro participaram da elaboração e da implementação do programa. Dentre estes, dois continuam trabalhando no mesmo. São eles: o coordenador geral do programa, o responsável pelo componente Rede PPCOR, quatro ex-integrantes do programa que atuaram na implementação do mesmo, o assistente de coordenação e um representante da Fundação Ford no Brasil.

Quanto à formação desses profissionais, cinco deles/as são doutores e alcançaram esse título antes de trabalharem diretamente no PPCOR. Dentre estes, três têm doutorado em educação, um em antropologia e o outro em sociologia. O sexto é doutorando e professor universitário, o sétimo é graduado na área jurídica e o oitavo é mestre em ciências jurídicas.

A partir dos depoimentos dos/as entrevistados/as e da análise dos documentos de implementação do programa, podem-se depreender as razões mais gerais da implementação do PPCOR principalmente tendo-se em vista a dinâmica relacional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que assume diversos projetos em suas instalações. Isto pode ser conferido, por exemplo, nas respostas a uma pergunta sobre as principais características da UERJ, em que uma entrevistada, que também é professora desta universidade, afirmou:

“A UERJ é uma universidade urbana, que fica na zona norte do município do Rio de Janeiro, você tem acesso por trem, metrô, ônibus enfim, você tem um alunado que vem da periferia da cidade e de alguns municípios do estado também. Devido a essa possibilidade de acesso e de oferecer cursos noturnos, ela tem atraído ao longo dos anos uma população de classe média baixa e alunos de baixa renda. A UERJ tem muitos projetos de extensão, ela dá acesso a essa população e a manifestações culturais que podem enriquecer o currículo do aluno”.

Sobre a mesma pergunta, outro entrevistado, que atualmente é professor da Faculdade de Educação da UERJ, assim se expressou:

“Acho que hoje, pensar a UERJ dentro do cenário acadêmico, ela é bastante interessante, porque ela é uma universidade em franca expansão e mudança de perfil também dentro de diversos setores dela. De um tempo para cá, alguns setores da UERJ vêm mudando o perfil, pois ela sempre foi reconhecida como sendo um escolão, uma universidade mais voltada para atividade do ensino e pouco para a pesquisa e de pouca produção. Acho que isto vem mudando de uns anos para cá, não só por alguns programas de incentivo à pesquisa, mas também por uma política de expansão do campus. Além disso, com a expansão global da pós-graduação no Brasil, começou a colocar mestres e doutores com interesse em pesquisa, gente nova, não só em termos etário, mais novos em termos de projeção acadêmica, que vem entrando para UERJ. Então, estes quadros novos vêm reformulando a universidade e transformando a UERJ. Essa efervescência pela qual a universidade passa, cria um ambiente legal para se trabalhar”.

Quanto à experiência profissional dos/as entrevistados/as, foi possível identificar que o grupo tem longa experiência no campo da educação, tanto na pesquisa acadêmica, quanto na atuação em sala de aula. Dos nove entrevistados, cinco são professores universitários, sendo três da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, um professor de uma universidade pública do estado de São Paulo e uma professora de uma

universidade particular. São profissionais que já participaram ou participam dos movimentos sociais de reivindicação do direito à educação e das mais variadas experiências de renovação pedagógica.

## 5.2

### O que é uma Política da Cor?

Com o objetivo de coletar informações para proceder a uma reflexão acerca do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira e suas principais características, foram propostas três questões específicas sobre o programa. A intenção, como já assinalado, era aprofundar na caracterização da proposta e na identidade do programa. A primeira das três questões versou sobre os motivos do nome ‘Políticas da Cor’; a pergunta seguinte visou captar o significado de um projeto que se caracteriza pelo debate da questão racial no ensino superior, já que o nome do programa leva a esta identificação; a terceira questão refere-se às dificuldades mais significativas enfrentadas durante a implementação da proposta.

Das respostas obtidas em relação à primeira pergunta, um depoimento se revelou especialmente significativo:

“É um nome que reflete o trabalho que estamos fazendo, políticas públicas que estão atravessadas pela questão da cor. O problema racial no Brasil, como muitos já mostraram não é uma discussão sobre o conceito biológico da raça, é sobre o sentido social que tem a cor da pele e essa é uma questão que tem a ver com um reconhecimento, com uma identidade construída. Não é uma questão cromática pura. Você é negra em determinados contextos, você vai embranquecer em outros... A sua cor vai escurecer mais ou embranquecer em diferentes contextos. O Programa coloca em evidência o problema que está associado a como eu reconheço a cor da pele do outro”.

Outro entrevistado considera que a tendência de dar nome às propostas educacionais tem aspectos positivos. Segundo ele,

“O nome ‘Políticas da Cor’ ilumina bem o que é a proposta de políticas de ação afirmativas para negros no ensino brasileiro. Acho que é um nome em termos de marketing que funciona bem, pois cria uma referência para a proposta, de uma coisa dinâmica e moderna”.

Na expressão do entrevistado citado acima, um dos aspectos a se considerar é a necessidade de se reconhecer a importância de se trabalhar publicamente as inovações

trazidas pelo programa, e para isso era preciso um nome que comunicasse o cerne da proposta. Apesar da clareza de alguns sobre a necessidade de um nome, seja para a divulgação pública do programa ou para criar uma marca de diferença em relação a outros projetos, ou seja, para conferir-lhe identidade, para a maioria dos entrevistados o nome não foi dado de forma intencional e nem foi precedido de muitas elaborações.

Uma entrevistada declarou o seguinte:

“Sabe quando você está fazendo uma discussão em torno de um determinado assunto e sai um termo que parece que tem a cara daquilo que a gente está querendo fazer, e ele pega? Na minha leitura eu acho que não foi intencional o termo ‘Políticas da Cor’. Acho que ele surgiu nesse processo nosso de irmos e virmos.”

A questão que propunha aos/às entrevistados/as descrever uma ‘política da cor’ estava referida ao entendimento dos/as entrevistados/as sobre o que é uma universidade que considera a relevância da questão racial. A maioria dos entrevistados/as se referiu aos aspectos presentes ou previstos no programa em si, destacados anteriormente. Tendo em vista esta tendência nas respostas, esta questão serviu para identificar, uma vez mais, entre os/as entrevistados/as, a consolidação de alguns princípios do programa.

É importante registrar que a maioria das respostas sobre uma ‘política da cor’ ficou no campo do devir, apontando para como deveria ser uma universidade que respeitasse a pluralidade racial da população brasileira. A esse respeito, um entrevistado afirmou:

“Aqui no Brasil há uma ‘Política da Cor’. Uma política que está vinculada a uma distribuição diferenciada de benefícios sociais em função de como as pessoas reconhecem a cor”.

Na última pergunta apresentada aos/às entrevistados/as a fim de levantar dados para uma caracterização mais global do programa - ‘Quais foram as principais dificuldades na implementação do programa?’ - uma resposta foi particularmente expressiva, identificando diferentes tipos de desafios:

“A dificuldade em primeiro lugar é nossa inexperiência institucional tanto na UERJ, quanto fora. Tivemos que aprender muitas coisas. Outra dificuldade é que esta discussão, que hoje ganha grande relevância, é utilizada, muitas vezes, de forma pirotécnica. Fala-se muito e se faz muito pouco. Para nós é muito difícil convencer as pessoas que políticas de ação afirmativas não são cotas apenas. Que as cotas são uma etapa, mas a cota pode ser também uma grande armadilha se não vier acompanhada de políticas efetivas para garantir a permanência. Outro elemento que complica, é que há muita dispersão. O movimento negro que poderia ser um grande aliado nesse processo de luta, não é um movimento articulado, que tem uma identidade própria, é um movimento profundamente segmentado. Precisamos fazer alianças e para nós foi muito

difícil fazê-lo. Entretanto, nenhuma dessas dificuldades foi suficientemente forte para impedir que nós produzíssemos e fizéssemos algumas coisas”.

Nesta perspectiva, outra resposta foi: “As principais dificuldades têm a ver com a própria estruturação do campo político da luta anti-racista no Brasil”.

Dentre as dificuldades mencionadas pelos entrevistados/as duas merecem destaque: a primeira é a dificuldade de se superar a visão do senso comum, da sociedade de um modo geral, de que a universidade tem que selecionar e excluir, pois se ela não selecionar os ‘melhores’ e excluir os ‘piores’, ela vai perder a qualidade. De acordo com uma entrevistada, outro argumento usado para justificar a ‘necessária exclusão’ feita pela universidade é que “se a universidade não exclui, a vida se encarregará de fazer isso”.

Outra entrevistada afirma ainda:

“A maior dificuldade está naquilo que poderíamos chamar de duas dimensões da cultura. Uma que é a dimensão da cultura universitária. Nossa cultura universitária é uma cultura seletiva, excludente. A outra também é de ordem cultural. É a cultura que a nossa sociedade tem sobre a universidade, sobre sua função. A idéia da função social da universidade como uma função de selecionar, de definir quem é apto e quem não é, em vez de ver a universidade na sua função social de construir espaços de pluralidade, de vivências, e de construção de espaços de conhecimentos”.

Este bloco de questões possibilitou confirmar e ampliar a compreensão de algumas características do PPCOR que já estavam apresentadas nos documentos. Acredito que dentre as mais importantes três merecem destaque. Primeiro, os entrevistados deixam claro que entendem o PPCOR como um importante projeto de intervenção política na luta pela promoção de políticas de ação afirmativa no Brasil. Segundo, o PPCOR está profundamente marcado pelo ideal de garantia do direito à educação. O direito à educação não é entendido como simples acesso ao ensino superior, mas principalmente como permanência e a oportunidade de um aprendizado de qualidade. Terceiro, o PPCOR tem a adesão da UERJ. Entretanto, este programa ainda não se tornou uma política pública da universidade, pois não faz parte do orçamento da universidade. Podemos formular a hipótese de que esta adesão se deve ao fato da universidade não estar comprometida com o financiamento do programa (que recebe financiamento externo). Nesse sentido, avaliamos que as instituições de educação superior pública do país precisam avançar, ainda, em relação ao debate acerca de tornar as políticas de ação afirmativa na educação superior como uma política pública.

Consideramos, entretanto, que o fato do programa estar em desenvolvimento há cinco anos e com perspectivas de continuar, é também um sinal de que a proposta tem o respaldo de muitos educadores/as e da comunidade acadêmica em geral, possibilidade apontada também nas entrevistas. Sendo assim, a atuação do PPCOR deve realmente ser considerada um ponto fundamental e, muitas vezes, polêmico, na implementação de uma proposta que está atravessada pela questão da cor, contribuindo para dar visibilidade ao debate em torno do tema.

### 5.3

#### **Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira: Principais Conquistas**

A fim de apresentar os resultados daquilo que durante a investigação parecia caracterizar-se como conquistas alcançadas ou resultados obtidos com os processos levados a cabo pelo Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, foi proposto aos/às entrevistados/as uma questão sobre o que deu mais certo ou avançou mais na implementação do Programa.

As respostas convergiram para três aspectos centrais. No primeiro, o que foi colocado em relevo foi o avanço em relação à publicização do debate acerca das políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro. Quanto ao segundo, a ênfase foi sobre o êxito de se reunir projetos de efetivação desta política de todo o Brasil. E, no terceiro aspecto destacado ficou claro que, como consequência das duas primeiras conquistas, a implantação de uma nova Rede PPCOR que reúne, além da versão do PPCOR implantada na UERJ, dez renomados/as pesquisadores/as reconhecidos nacionalmente pela intervenção no campo das relações raciais e ações afirmativas na educação, tendo, conforme documento do Programa, as seguintes atribuições:

“Reunir-se duas vezes ao ano, sob a organização e coordenação do PPCOR, que sediará tais encontros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; dispor de esforços políticos e acadêmicos na proposição, implementação e acompanhamento de ações afirmativas em suas universidades; participar de uma reflexão conjunta, no âmbito da Rede PPCOR, sobre a implementação das ações afirmativas no ensino superior; publicar artigos e apresentar trabalhos na linha editorial do PPCOR, como fruto das discussões em curso na Rede e participar de oficinas e sessões temáticas (cada membro em pelo menos uma ao ano) organizadas pelo PPCOR em fóruns como encontros da ANPED, ANPOCS, ABA, ABEP, Congressos de Pesquisadores Negros, etc”.

Um outro aspecto ressaltado como positivo nas respostas, ainda sobre as principais conquistas do Programa, foi o movimento que este provocou no interior da Universidade, UERJ. A esse respeito, vale a observação do entrevistado que declarou:

“O que deu mais certo é que ninguém ficou imune a discutir sobre a questão racial na universidade, quem concordava quem não concordava. Todo mundo ficou mexido. Então penso que o que deu mais certo, foi à capacidade de criar uma discussão, de historicizar essa estrutura, de obrigar as pessoas a repensarem, de aceitar, de não aceitar, de debater”.

Na mesma perspectiva da resposta anterior, uma entrevistada destaca:

“O que deu mais certo? Eu acho que é o movimento. A Universidade está em movimento. As discussões estão colocadas. Elas são absolutamente emocionadas e aguerridas. Às vezes parece um combate. Eu acho que isso é a grande revolução no campo educacional. Então ninguém está dormindo. Acredito que a comunidade universitária começa a acordar... Porque não tem programa que instigue, que movimente, que põe os prós e contras, que coloca as pessoas discutindo, debatendo, divergindo... (...) Então eu acho que isso é o mais interessante, o que mais impulsiona esse movimento, essa coisa de cada universidade está refletindo estas questões”.

Ainda no sentido de perceber as principais conquistas do programa, um entrevistado assinala que:

“As principais conquistas do PPCOR se referem ao apoio para institucionalização de políticas de ação afirmativa. Ou seja, diferentemente de outras propostas, tem sua ênfase menos na pesquisa e maior na intervenção pública e na capacitação dos atores. Um bom exemplo é a importância dada aos aspectos jurídicos”.

Nessa mesma linha argumentativa, foi lembrado ainda que “algumas universidades se abriram para todos”; que “ela [a universidade pública] está mais inclusiva”; que “a questão racial, que estava silenciada na universidade, entrou na pauta dos debates públicos no Brasil”, etc.

Uma entrevistada, em fala breve, destacou como conquista a “adoção de políticas de ação afirmativa por parte de algumas universidades públicas”. É importante destacar que ela justifica essa conquista, entrelaçando importantes aspectos do programa, tais como: garantia do direito ao acesso, à permanência e a um ensino de qualidade na universidade para os afrodescendentes, o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática racial na educação e a realização de debates sobre as políticas de ação afirmativas:

“Outra conquista é você garantir aos afrodescendentes a possibilidade de acesso e permanência na universidade. Porque a universidade não é só um lugar que você tem acesso a um diploma e a uma formação profissional. A universidade é um lugar onde você apreende códigos comportamentais também, um lugar onde você se ressocializa e

muda sua forma de se socializar. Então sob este ponto de vista, ela é um lugar privilegiado... É um momento privilegiado nas trajetórias no processo de formação humana. E no caso, na trajetória de quem vai ser elite. Então, tocar nesse assunto nesse lugar, tem um impacto no futuro que eu acho que é muito maior que o número de pessoas que ingressam ali, beneficiados pelas políticas de ação afirmativa. Acredito que faz uma diferença em termos de garantia do direito à educação. E isso é uma grande conquista e, acredito, o que incomoda mais”.

Outro destaque importante, mesmo que apresentado apenas por uma entrevistada, considerado como conquista, é o reconhecimento da diferença e o esforço de entendê-la como constitutiva do processo educacional e como necessária para uma real efetivação da proposta de inclusão de todos e todas:

“Eu diria que uma conquista é a dimensão real da universalização, que é a inclusão da diversidade, que é a percepção da diversidade. Sem trabalhar a questão da diversidade dificilmente a universalização pode acontecer de fato. Porque não adianta ter uma universalização que é só o direito a vaga. Assim, se entra e sai. Não adianta muito, entende?”

Mas a inclusão nesse ponto de vista mais progressista, mais transformador - que eu acho que a gente tem essa pretensão - não ignora a diversidade. Então, o aluno é um sujeito social, ele tem classe, ele tem cor, ele tem religião, ele tem valores, ele tem linguagens, ele tem história de vida. Se isso não incorpora com a dimensão social da própria aprendizagem, nos próprios processos de desenvolvimento, a inclusão não é completa. (...) Eu diria que um avanço importantíssimo que o Programa ajuda na reflexão é o não barateamento da universidade pela inclusão simplesmente. A inclusão significa uma reconstrução curricular que passa pela diversidade”.

Tendo em vista as principais conquistas do programa, apontadas pelos entrevistados/as, podemos identificar, em primeiro lugar, uma nítida convergência entre a representação dos/as entrevistados/as sobre estas questões. Esta convergência fica mais explícita em torno de dois temas: as políticas de ação afirmativa e o papel desta no cenário educacional brasileiro.

#### **5.4 PPCOR e as Políticas de Ações Afirmativas**

O primeiro tema, em termos do destaque nas respostas dos entrevistados/as tem a ver com o que entendem por políticas de ação afirmativa. A partir das respostas à questão formulada com o objetivo de captar o/s significado/s atribuídos ao conceito, foi possível confirmar que, na compreensão dos entrevistados, aparece como um termo



bastante amplo e complexo. Os/as oito entrevistados/as apresentaram suas definições sobre esta questão.

As elaborações foram distintas, mas uma das respostas ilustra bem o modo como os/as entrevistados entendem o conceito:

“O conceito surge nos Estados Unidos, mas aqui no contexto latino-americano nós devemos atribuir ao conceito um sentido bem mais amplo. Quando você tem na sociedade uma grande maioria da população com seus direitos básicos garantidos, você pode denominar políticas de ação afirmativa ao processo mediante o qual você tenta reverter uma situação de injustiça que está muito focalizada em um grupo, um grupo minoritário, excluído do processo de certos bens e serviços e benefícios sociais. Essa é a perspectiva mais dos países do primeiro mundo. Chama de política de ação afirmativa uma intervenção focalizada, com o objetivo de reparar injustiças para um grupo que constitui uma minoria da população que está sendo discriminada por alguma razão. Se nós observarmos a situação política, econômica, social e educacional das sociedades latino-americanas, esta situação de injustiça não está apenas concentrada ou focalizada num grupo minoritária. Trata-se da maioria da população que tem seus direitos ameaçados ou negados. O que é a política de ação afirmativa, aqui, se constitui, no nosso entendimento, como programas articulados de caráter processual, de caráter abrangente que devem estar orientados a afirmar direitos negados a grupos que, diferente dos Estados Unidos, não são minorias e sim majorias. A idéia de política de ação afirmativa se funde num país como o Brasil com a concepção de uma política de afirmação de direitos onde o caráter focalizado que pode ter a ação afirmativa no primeiro mundo desaparece em função da enorme demanda que você tem aqui de uma população que é objeto dessa política que é a grande maioria. Se você disser que estamos fazendo políticas de ação afirmativa para garantir o acesso e permanência do jovem no ensino superior no Brasil, a grande maioria dos jovens está fora do ensino superior. Porque a grande maioria dos jovens é pobre e, além disso, são negros ou são mulheres que estão sendo discriminados... A soma de tudo isso dá uma grande quantidade de excluídos. Políticas de ação afirmativa são programas orientados a promover afirmação de direitos nos setores tradicionalmente excluídos”.

O agrupamento das falas, que segue, ajuda a perceber a tônica geral que perpassa a compreensão do grupo sobre as ações afirmativas:

1. “Ação afirmativa são políticas públicas, ou, ações oriundas da iniciativa privada voltadas para, através de medidas concretas, criteriosas e legais, colaborar na diminuição de desigualdades entre grupos socialmente definidos como desiguais, tais como brancos e negros (pretos e pardos)”.
2. “São políticas para promoção de minorias. Ela tenta dar conta dos grupos que estão excluídos do mercado de trabalho, excluídos do sistema de ensino. Quem são esses grupos, são os índios, os negros, enfim...”
3. “Ação afirmativa é um princípio de intervenção social. É você tratar desigualmente aqueles que são desiguais, nos lugares e nos momentos onde se constituem as hierarquias. E a universidade é um desses lugares”.
4. “(...) Políticas de ação afirmativa é usado muitas vezes de forma pirotécnica. Fala-se muito e se faz muito pouco. Nesse sentido, é muito difícil convencer as pessoas que políticas de ação afirmativa não são cotas apenas. Que as cotas são uma etapa. Que elas podem ser uma armadilha se não vier acompanhada de políticas efetivas para garantir permanência. Que não há uma dissociação entre a necessidade do debate de melhorar a

qualidade do ensino médio com o debater de políticas de ação afirmativa no ensino superior”.

Assim, podemos considerar que as dificuldades que as políticas de ações afirmativas têm encontrado nos processos de legitimação teórica e prática, derivam, em parte, da indefinição que os conceitos sócio-jurídicos sobre ação afirmativa, que operam nos sistemas de reservas de vagas ou cotas, já delimitam o campo de ação. Nesse sentido, um consenso político-institucional sobre essas políticas, torna-se quase impossível. Por outro lado, o próprio desconhecimento ou despreparo da matéria que as instituições universitárias têm apresentado, favorece a esta situação. Desse modo, torna-se necessário os esforços no sentido de transformação deste quadro para a organização de conhecimento mais aprimorado e a tomada de decisões no âmbito institucional. Assim, a iniciativa do PPCOR, em promover ações de formação para capacitar e qualificar os diversos setores educacionais nas instâncias de planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas destinadas a democratizar o acesso e a permanência dos atores socialmente excluídos do ensino superior, é de grande relevância.